

A semeadura da palavra: fragmentos de poemas campesinos

(Sowing the word: fragments from campesino poems)

Lucília Maria Sousa ROMÃO
Universidade de São Paulo
Soraya Maria Romano PACÍFICO
Universidade de São Paulo

ABSTRACT: In this paper we analyze poems written by individuals with low scholarship, that is, individuals who have learnt to read and write in farming settlements. Results show that, ins spite of their background, they produce texts that establish an inter-textual dialog with well-known texts; they denounce situations that are “out of order” and also, show resistance with respect to certain dominant class values. The analysis of these poems allows us to conclude that, in spite of their low scholarship, these individuals are in an author’s position and have a literacy degree compared to individuals of high scholarship.

RESUMO: Neste artigo, analisamos poemas produzidos por sujeitos com baixo grau de escolaridade, a saber, sujeitos que aprenderam a ler e a escrever fora do circuito da educação formal e, apesar disso, seus textos estabelecem um diálogo intertextual com textos consagrados; denunciam situações que estão “fora da ordem” e, também, marcam uma posição de resistência em relação a determinados

ASEMEADURA DAPALAVRA

valores caros à classe dominante. A análise destes poemas permite-nos dizer que, apesar da pouca escolaridade, estes sujeitos ocupam a posição de autor e possuem um grau de letramento comparado ao de sujeitos que passaram anos na escola.

KEY-WORDS: literacy, authorship, ideology.

PALAVRAS-CHAVE: letramento, autoria, ideologia.

A TERRA FALADA E ESCRITA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) abre um horizonte novo na luta do campesinato brasileiro, territorializou-se pelos vários estados brasileiros como afirma Fernandes (1999); conseguiu veículos de comunicação importantes e expressivos (revista, jornal, internet) e deu consistência ao discurso de reivindicação e luta pela terra. Ao longo dos últimos quatro anos, temos nos envolvido com a tentativa de compreender a geografia, a história e o discurso do movimento, sendo assim, é importante definir os objetivos do MST. Segundo Romão (2002, p.179):

Com os objetivos de promover modificações estruturais na sociedade (direito à terra e garantia de saúde, educação, emprego e cidadania), o MST surgiu no início dos anos 80 como o único movimento de massa, cujo discurso de luta pela terra se especializou por todo país.

Além disso, estruturou um dos mais populares projetos de educação no campo, só para se ter uma idéia, até o final de 2000, o movimento mantinha 1.800 escolas de Ensino Funda-

ROMÃO & PACÍFICO

mental em 23 estados brasileiros, envolvendo quase 4.000 educadores diretamente e em torno de 160.000 crianças e adolescentes. Por conta desse investimento, há um farto material escrito (livros, fascículos, cadernos, jornais), cantado (cds) e falado (relatos orais), materialidade histórica e discursiva sobre na qual se apóia e se atualiza a memória do MST, com sentidos de luta, resistência e sobrevivência da cultura camponesa. Pretendemos aqui fazer uma reflexão sobre o discurso da oralidade e da escrita, além de interpretar poemas de dois camponeses, a saber, Patativa do Assaré e Luis Beltrame. O primeiro é poeta cearense, representante da literatura de cordel, já o segundo, é um dos mais idosos militantes do Movimento, ambos nunca freqüentaram aulas de redação e a dita escola formal.

O PODER DA PALAVRA

Existe uma linha teórica que postula não existir autoria na língua oral. Dessa posição, privilegia-se a língua escrita como único parâmetro para a legitimação da competência e capacidade de organizar idéias. A alfabetização e o uso da palavra escrita seriam o passaporte para o domínio do poder dizer pela via do registro, documento e todo tipo de material impresso, concretizando, assim, as habilidades de raciocínio, abstração, lógica, coerência e clareza do autor.

Restringindo-se a palavra escrita a um grupo de “eleitos”, os alfabetizados, constrói-se um imaginário, que autoriza politicamente alguns homens a registrarem seus pensamentos e ações, ao passo em que se interdita tal espaço a tantos outros, desqualificando a sua única ferramenta de registro: a oralidade. Esse parece ter sido o núcleo duro de um processo que remete à Idade Média. Naquele período, a Igreja Católica elegia-se

ASEMEADURA DA PALAVRA

como porta-voz da vontade divina, reservando aos seus cuidados o poder da escrita. Os livros sagrados, chaveados pelo clero, concentravam-se nas mãos dos sacerdotes, intransferíveis. A Inquisição legitimava a queima e destruição de documentos, livros e vozes questionadoras ou desafiantes dos dogmas. Guardando para si o espaço de poder dizer e manuscritar, não é preciso destacar que o interesse político latejava nessa estratégia com nitidez. Gallo (1992, p.47) afirma que:

A escritura era, na Idade Média, a única escrita possível. Escritura e Escrita se identificavam. Desse modo, enquanto ‘sagrada’, a Escritura era inquestionável e imutável, pois era tida como ‘palavra de Deus’. A Escrita (Letra) enquanto ‘forma’ da palavra de Deus, também ela, nessas condições, produzia um efeito de sentido único e verdadeiro.

Olhando para o tema da escrita desse lugar, somos afetados pela certeza de que o texto escrito, em quase todos os momentos da história, procura manter a legitimação de uma classe sobre outra ou de um grupo sobre outro. Tfouni (1997, p.11) garante que:

Costuma-se pensar que a escrita tem por finalidade difundir as idéias (...) No entanto, em muitos casos, ela funciona com o objetivo inverso, qual seja: ocultar, para garantir poder àqueles que a ela têm acesso.

Em outro trabalho, a mesma autora (1992, p.17) propõe que se pense a escrita e a sua relação com o poder instituído da seguinte forma:

... a escrita pode muitas vezes representar uma ameaça de destruição de um sistema político, principalmente em

ROMÃO & PACÍFICO

sociedade onde a desigualdade é grande, e onde uma classe tenta impor seu juízo sobre outra (ou, ainda, onde um povo ‘mais forte’ tenta subjugar outro, ‘mais fraco’) A dominação cultural e política faz-se em grande parte baseada na ‘força’, no ‘poder’ e na ‘autoridade’ da escrita.

Com tais pressupostos, fica fácil assegurar que a visão teocêntrica secou até a última gota a perspectiva de acesso à escrita e manteve sob o signo do silêncio e do jugo da fé homens por séculos a fio. No tocante à representação da oralidade, não se viu mudança nos momentos seguintes. Com o antropocentrismo, a palavra foi impactada pelo peso da razão. Buscou-se a compreensão dos temas humanos, dando aos escritos um ensaio de questionamento científico. Entretanto, o acesso à leitura ainda ficou restrito ao grupo dos alfabetizados. A burguesia detinha a escola em suas mãos. A centralização política da palavra escrita só comprovava uma coisa: para a grande maioria da população restava a oralidade, tradição contada geração após geração. Essa pequena digressão histórica não tem a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, é apenas um exemplo que ilustra o imaginário e o caráter ideológico que revestem as noções de escrita e oralidade, noções tecidas há séculos com distorções.

Colocamo-nos, então, no lugar que questiona e subverte tal visão. Por que tomar apenas a escrita como registro a ser lido? Como entender a oralidade? Em que medida a alfabetização, o domínio da escrita devem ser mais relevantes do que a fala? Essas perguntas remetem a um comprometimento com a justiça social e com o encurtamento das desigualdades na época em que os sentidos da exclusão social e miséria já aparecem bastante banalizados no país. Resgatar a oralidade, repensar o domínio da escrita e questionar o poder da palavra são tarefas a serem compreendidas dentro de uma moldura, cujo

ASEMEADURA DA PALAVRA

quadro precisa necessariamente pincelar as cores da função social da universidade no país.

É importante que se tome o uso oral e escrito da língua como constituintes e integrantes das práticas letradas. Seria enganoso conceber que há características e categorias rígidas de classificação para a oralidade e a escrita, funcionando sempre do mesmo modo. No caso da primeira, sempre expressando ambigüidade e emoção e, no segundo caso, indicando raciocínio abstrato e formal. Tal visão se expressa nos trabalhos de Greenfield (1972) e Hildyard & Olson (1978) e, em linhas gerais, caberia na síntese de Tfouni (1997, p.34):

Acreditam alguns autores que a aquisição generalizada da escrita traz consigo conseqüências de uma ordem tal que isso modifica de maneira radical as modalidades de comunicação dessa sociedade. Passariam a existir usos orais e usos letrados da língua, e estes seriam separados, isolados, caracterizando, assim, a grande divisa.

Favorável à eliminação do conceito de grande divisa, existe uma corrente teórica que postula a integração entre os dois usos da língua, indicando que existe sempre uma afetação do escrito sobre as práticas orais, criando uma via de mão dupla. Tfouni (op.cit., p.50) afirma que: “*o discurso oral, nas sociedades letradas, pode estar interpenetrado por características do discurso escrito.*”

Também nessa direção caminha Kleiman (1995, p.28) ao postular que:

... nem toda a escrita é formal e planejada, nem toda oralidade é informal e sem planejamento (...) alguns autores que trabalham com a interface entre a oralidade e a escrita (...) têm proposto um contínuo, em vez de pólos extremos de diferenciação entre as duas modalidades.

ROMÃO & PACÍFICO

Com essa dimensão teórica, alargam-se os conceitos de letramento e autoria. Já que o uso social da escrita é disseminado nas sociedades modernas, o indivíduo vive exposto a uma avalanche de portadores de texto, desde outdoors e cartazes, passando por nomes de ruas e pessoas, marcas de produtos, bulas de remédios até chegar aos documentos que norteiam a vida humana do nascimento à morte. Do berço à sepultura, a letra inscreve marcas nos alfabetizados ou não. Envolvidos dos pés à cabeça pela tatuagem da letra impressa, o homem do século XXI não pode ser denominado iletrado pela constância com que convive cercado por palavras escritas e pela frequência com que é estimulado socialmente a decifrá-las.

Posta-se, então, a seguinte pergunta: se todo brasileiro é letrado, o que diferencia os adultos alfabetizados daqueles que não sabem ler e escrever? É possível entender melhor a questão se tivermos em mente o conceito de graus de letramento ou *continuum*. Segundo Tfouni (1994, p.56):

Em um mesmo momento histórico, não se pode afirmar que todas as pessoas estejam no mesmo nível de desenvolvimento (qualquer que seja o aspecto de desenvolvimento que se deseje olhar) (...) assim, existem tarefas de leitura e escrita (ou eventos de letramento), que permeiam a vida cotidiana e que se impõem em maior ou menor grau a todos os indivíduos que compõem essa sociedade, sejam eles alfabetizados ou não.

Chartier (2001, p.84-85) caminha na mesma direção que a autora e marca que existe uma seqüência, uma cadeia de continuidade dentro da cultura do escrito:

E a cultura do escrito vai desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas,

A SEMEADURA DA PALAVRA

as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo, etc. Parece-me que na cultura do escrito há um continuum desde as práticas da escrita ordinária até a prática da escrita literária. Finalmente, devemos considerar a cultura do escrito em sua totalidade e analisar problemas como o controle sobre a escrita, a diferença entre as duas aprendizagens, os valores envolvidos em cada uma das formas de comunicação, etc.

Pensar os conceitos de “mais letrado e menos letrado” nos endereça a situações cotidianas de tal ordem a comprovar a hipótese de que não é a alfabetização (ou a escrita) o grande termômetro do letramento. Um profundo conhecedor das artes plásticas, muito letrado na decifração das formas gráficas e das cores pode apresentar-se pouco letrado diante de uma horta orgânica. Outro exemplo pode ser visto na situação a seguir: um universitário, que se pretende conhecedor de diversas teorias sobre evolução, pesquisador com grau representativo de letramento, perde-se diante do enigmático motor do carro, que repentinamente encrenca. Se considerado como altamente letrado em certa esfera de atuação e conhecimento, há que classificá-lo como analfabeto diante da bomba d’água estourada. O mecânico, pouco escolarizado e “analfabeto”, lê indícios do motor e do imenso corpo do carro, processa uma interpretação lógica e resolve o problema, pois é altamente letrado para ler as peças e o problema do carro.

Esse conceito de graus de letramento nos parece ser a chave interpretativa de um processo que temos observado na atuação profissional. Há anos, ministrando aulas de redação, interpretação e produção textual em boas escolas do Ensino Médio da rede particular, tendo contato com alunos advindos de classes abastadas, expostos a um cotidiano de fartura, possibilidades culturais e alto padrão de consumo. Sempre surpreen-

ROMÃO & PACÍFICO

deu-nos (e ainda me causa espanto) que vários deles não conseguem articular minimamente suas idéias e posições teóricas. Há vestígios de uma fragmentação tão grande, que nem mesmo os postulados da Lingüística, fundados nas noções de coerência e coesão textuais, dão conta de sinalizar explicações convincentes. Embora alfabetizados, convivendo com uma carga horária de mais de seis horas de aula diariamente, freqüentando cursos extras de diversas ordens, grande parte desses alunos mostram um grau de letramento bastante diminuto.

Além dos alunos do ensino médio, podemos observar, também, que alunos de Psicologia de uma universidade particular de Ribeirão Preto - SP, não assumem a autoria em textos produzidos por eles, tampouco conseguem argumentar, sustentar a responsabilidade de um dizer (cf. Pacífico, 2002). Isso significa que, apesar de esses alunos terem um alto grau de escolaridade, eles possuem um baixo grau de letramento.

Em contraste com o quadro descrito acima, observamos que há pessoas pouco expostas ao uso escrito da língua, semi-alfabetizadas ou não-alfabetizadas, que demonstram um grau de letramento mais avantajado que os nossos alunos. No trabalho voluntário que desempenhamos junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Centro de Formação Dom Hélder Câmara e no Acampamento Sepé Tiaraju em Serra Azul e a um grupo de migrantes que vêm do norte/nordeste do país para a cidade de Guariba - SP, a fim de trabalhar no corte da cana, percebemos a existência de poetas, cantadores e contadores que, ora compõem e discursivizam oralmente uma retórica política muito articulada, ora registram inquietações existenciais e vôos poéticos nas suas falas. Patativa do Assaré, poeta de cordel que hoje está sendo estudado na Sorbonne, expressa essa tendência de compreender o letramento independente do grau de escolaridade e de considerar a oralidade como

ASEMEADURA DAPALAVRA

uso social da língua atravessado pela escrita. Tal qual a obra do cearense, existem vários integrantes do MST, que ocupam uma posição-sujeito contestatória, política, poética e de profunda articulação lógica, sem, no entanto, dominarem o código escrito.

Observando tal quadro, estamos convencidas de que é preciso entender as práticas sociais orais como registros afetados pelo uso social da escrita. Tal embricamento propõe, segundo Tfouni (2001, p.79-80):

giro teórico e metodológico na questão do letramento, visto que não estamos mais considerando indivíduos empíricos que fazem uso da língua escrita, mas posições de sujeito dentro do continuum do letramento, posições estas que não são intercambiáveis nem equivalentes, devido ao processo de legitimação das práticas letradas.

Ancorando tal discussão nos termos acima, é de se notar a intersecção de tais conceitos com as noções de discurso, sujeito e autoria, tais como a Análise do Discurso de filiação francesa as processa. Ao compreender o sujeito do discurso como posição, faz-se o desenho de uma geometria, que assinala zonas de sentido possíveis de ser ocupadas e outras de acesso negado. A interpelação ideológica do sujeito consiste no mecanismo, que direciona o discurso/ o sentido e o sujeito para uma região e não para outra. Tal processo é marcado pela determinação histórico-social, datada politicamente por uma disputa permanente e tensa entre o que é legitimado ou marginal, aceito ou indesejado, oficial ou negado pela classe dominante em oposição à classe dominada.

Ora, sabe-se muito bem que o conhecimento, os dizeres e sentidos não são distribuídos de maneira homogênea nas sociedades capitalistas (a invenção da democracia serviu mais

ROMÃO & PACÍFICO

para maquiagem o processo de dominação política e econômica do que para repartir espaços legítimos de igualdade e de representação política); pelo contrário, o que movimenta a dinâmica das classes sociais, assimetricamente dispostas, é a tensa luta pelos espaços de dizer além do jogo político, que destina alguns ao lugar do silenciamento e dá a poucos largos megafones de expressão.

Assumir a autoria não é espaço discursivo autorizado e disponibilizado para todos de maneira uniforme, neutra ou democrática. Retomo as imagens postas no início dessa discussão: existem certa representação simbólica e uma formação ideológica que atestam ser a autoria o lugar dos alfabetizados, daqueles que dominam a norma culta da língua, que demonstram “bom” desempenho escolar e se assujeitam ao autoritarismo do discurso pedagógico, reproduzindo sentidos já cristalizados e sedimentados pela ordem política vigente.

É claro que para dar conta de preencher todos os requisitos acima, os representantes do poder hegemônico, advindos das classes mais abastadas, se candidatam como fortes personas a ocupar a posição da autoria. A eles é dada a pena (que pena!) para constituir leis, representar a sociedade, escrever a história oficial, efetuar pareceres científicos e ocupar o espaço da autoria. Em consonância com o poder político, legitima-se a falsa imagem de que o autor deve habitar uma torre de marfim, edificada pela tríade: gramática, dicionário e escolaridade. Aos não-alfabetizados, restam a indiferença e a anulação dos espaços de expressão. Foi assim com grande parte das comunidades indígenas e africanas, cuja tradição oral encerrava relatos distantes do mundo branco, católico e ocidental, e que, por isso mesmo, eram massacradas sob os rótulos de paganismo, selvageria e atraso cultural. A arrogância com que a elite discursiviza os movimentos populares no Brasil, somada ao prestígio do

ASEMEADURA DAPALAVRA

saber da científico e acadêmico (sempre acima da tradição oral) indicam a ponta ideológica do *iceberg* da exclusão que precisa ser destruído.

Ver a autoria como uma posição discursiva a ser ocupada por pessoas mais ou menos letradas, sejam alfabetizadas ou não, nos parece ser o primeiro passo para que novos sentidos sejam gestados. Tfouni (1994, p.67) enfatiza que:

Em geral, nota-se que as teorias sobre o desenvolvimento enfatizam muito os ganhos e esquecem-se das perdas. Pensando dialeticamente, no entanto, sabemos que sempre que se ganha algo, também alguma coisa se perde. Assim, do ponto de vista científico, seria preciso que fossem produzidos discursos teóricos também sobre as perdas advindas do processo do letramento. Por exemplo, investigar como vivem e interagem com uma sociedade letrada esses grupos analfabetos e alfabetizados (...) como é, e como é usado, seu conhecimento do mundo, como estão organizadas suas práticas discursivas? Em que situações esse conhecimento pode aflorar, e em quais ele é calado?

Os fios capilares da questão do letramento e da autoria amarram as seguintes questões: quem produz os portadores de texto? A quem eles servem? Quando eles podem circular e quais deles têm permissão para circular? As respostas para tais questionamentos nos encaminham para uma região de sentidos que, evidentemente, não vê o texto como mero acúmulo de regras formais. As contribuições teóricas de Foucault (1969, p.3) são importantes, ele enxerga a escrita da seguinte forma:

... a escrita se desfralda como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim ao largo. Na escrita, não se coloca em causa a manifestação ou exaltação do gesto de escrever; trata-se de alfinetar um sujeito dentro de uma

ROMÃO & PACÍFICO

linguagem; trata-se da abertura de um espaço em que o sujeito escrevendo não cessa de desaparecer.

Na perspectiva de observar a escrita não como produto fossilizado em si mesmo, mas como algo que pode vir a significar – como funcionamento discursivo, portanto – o autor chama a atenção para o processo de produção de efeitos de sentido. O sujeito-autor e o sentido emergem juntos na tapeçaria do descontínuo e da dispersão, trançadas pela tentativa de domesticar e conter a deriva.

O princípio da autoria diz respeito à organização do caos na busca de algumas linhas de ordem. Claro que todos esses conceitos devem ser compreendidos no plano discursivo, fora da empiricidade, que geralmente invade os estudos sobre a vida e obra de autores ilustres. Sobre isso, diz Foucault (op.cit., p.6):

... o nome de autor não vai, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de alguma maneira, na fronteira dos textos, que ele os recorta, que ele segue-lhes as arestas, que ele manifesta certo conjunto de discursos, e ele se refere ao estatuto desse discurso no interior de uma sociedade e no interior de uma cultura. O nome de autor não está situado na pessoa física dos homens, ele também não está situado na ficção da obra, ele está situado na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo de ser singular.

Fugindo da noção de autor indivíduo, e fixando o princípio da autoria em um plano discursivo, também os estudos de Orlandi (1996) merecem destaque. Diz ela que:

um sujeito se constitui como autor ao constituir um texto.
O autor é o lugar em que se constrói a unidade do texto.

A SEMEADURA DA PALAVRA

O princípio da autoria é o organizador da multiplicidade de sentidos latentes prestes a irromperem e a forma do sujeito criar efeitos de sentido. Estabelece a origem da unidade do texto, fazendo parte da autoria a heterogeneidade e a dispersão. É de se registrar que duas ilusões constituam tal princípio. Na busca por um cerco para conter a dispersão, o sujeito-autor tenta garantir a unidade do discurso, criando efeitos de clareza, organização lógica, coerência e coesão internas, seqüencialidade e propriedade. Pfeiffer (1989, p.50) coloca que:

... é na confluência, na tensão do sujeito disperso que o sujeito-autor funciona, movimenta-se, produzindo o efeito de unidade.

Os dois esquecimentos propostos por Pêcheux (1975) sinalizam uma contribuição rara para entender o princípio da autoria, são eles: primeiro, o sujeito imagina ser a fonte de seu dizer, como se o sentido brotasse nele; em segundo lugar, o sujeito acredita que o seu dito corresponde exatamente ao que ele pensa. Sem essas duas ilusões, certamente ficaríamos petrificados diante da incompletude e opacidade absolutas, cegos diante do que não cessa de se calar e de pontos em que não cessamos de desaparecer.

Nos estudos de Tfouni, em geral, e no ensaio (2001, p.82), em particular, fica colocada a questão da autoria atravessada pela abordagem psicanalítica lacaniana. Não é prioridade desse estudo trabalhar com tal referencial, ainda assim, é possível considerar a afirmação da autora:

O autor é uma posição do sujeito a partir da qual ele consegue estruturar seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário, visto que existe, no processo de produção de um texto, um

ROMÃO & PACÍFICO

movimento de deriva e dispersão de sentidos inevitável, que o autor precisa ‘controlar’.

Com esse recorte, pretendemos fixar que o “controle” (ou tentativa de controle) diante da dispersão e da deriva coloca o sujeito do discurso na posição de autor, seja ele alfabetizado ou não. Atravessado pelo significante substantivamente postado entre a falta e o desejo de completude, bipartido entre o nome e a imagem dos nomes – perdida para sempre – o sujeito forja um lugar para si.

Qual Penélope tecendo e desfazendo os pontos de uma narrativa de esperas, as tramas dos fios discursivos apertam e afrouxam sentidos possíveis para o sujeito que pesponta, costura e remenda; ainda que sabendo (ou a saber) que ele nunca verá o tapete pronto. Ainda que a imagem do tapete seja apenas um pretexto para continuar a silenciar, a deixar os dedos correrem na falha do ponto (e da letra) que nunca se escreverá, pois não pode ser arrematado(a). Ainda que no desnudamento do risco, apareça a grafia do autor.

Buscando compreender como esses sujeitos (cujas vozes são, muitas vezes, silenciadas pela sociedade) produzem textos e sentidos, passaremos à análise de dois poemas produzidos por adultos com baixo grau de escolaridade, observando se estes sujeitos assumem, ou não, a posição de autor e como se dá a relação deles com a língua escrita na produção textual. Os textos selecionados para análise são recortes dos seguintes poemas: *Injustiça*, de Luiz Beltrame de Castro, um dos símbolos das lutas políticas no Brasil dos últimos anos; o outro, *A escrava do dinheiro*, de Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, autêntico representante da cultura do povo e expoente máximo da poesia sertaneja impregnada pela força telúrica do Nordeste e pela estrutura da literatura de cordel.

ASEMEADURA DA PALAVRA

Injustiça (1980)

*Eu fico surpreso e penso,
Que neste Brasil imenso
Sempre olho para lá
Vejo a bela natureza,
Vejo a grande riqueza
Da Serra do Carajás*

*O tucano bica a gente
Fica e pega a cuíca
Escuto alguém falar
E me mata de tristeza
Que não convém a riqueza
Da Serra do Carajás*

*Não é preciso pressa,
Nem muita conversa
A maneira é esta
E eu vou explicar
Pois o nosso tesouro é
A prata, o diamante e o ouro
Eu acho um desaforo
Ver o americano levar*

*Eu topo qualquer parada
Até não falo mais nada
Porque a Serra Pelada
É nossa Serra Vestida
Pois tem a riqueza,
Fruto da natureza
Com uma grande beleza
Da nossa Pátria querida*

*Estou velho e não agüento
Com sentimento escrever
Mesmo assim estou escrevendo,*

ROMÃO & PACÍFICO

*Com os olhos estou vendo
Pois eu estou percebendo
Minha lágrima descer
A lágrima desce por tudo
O que eu vejo acontecer*

Nosso primeiro “encontro” com este texto nos permitiu estabelecer um diálogo intertextual com o texto gonçalvino *Canção do Exílio*, que fala do amor que o enunciador tem pela Pátria, seu nacionalismo exagerado e toca o sentimento de solidão, que a terra estrangeira lhe causa, lugar onde o enunciador sente-se privado dos prazeres da Pátria. Neste texto, o signo *exílio* é o principal contextualizador, indiciando solidão, tristeza, ausência dos valores da terra natal para aquele que também se sente privado, agora da posse da terra. Além de *exílio*, outros signos compõem o relato contextualizador e apresentam os seguintes significados contextuais:

Terra: lugar idealizado, onde o enunciador está em conjugação com vida, a beleza, a alegria.

Palmeira: a simplicidade da terra, enfatizando que a beleza da terra está nas coisas simples.

Sabiá: saudosismo; o canto triste do sabiá figurativiza o desejo que o enunciador tem de voltar à Pátria.

Para nós, o diálogo intertextual que o texto gonçalvino mantém com o texto de Castro pode ser lido, devido à presença dos signos “*Brasil (terra)*”, “*pátria*”, “*bela natureza*” “*riqueza*”, do hipônimo “*tucano (sabiá)*”, que remetem aos sentidos produzidos pelos signos presentes em *Canção do Exílio*, de beleza da Pátria, simplicidade, primores, riqueza. Em “*Injustiça*”, também, podemos interpretar que o sujeito ama sua Pátria e não quer aceitar a “*injustiça*” de vê-la explorada pelo

ASEMEADURA DAPALAVRA

“americano”, visto que o enunciador quer defender a riqueza “Da nossa pátria querida”; riqueza esta, diga-se de passagem, a qual ele não tem acesso e que não tem permissão de usufruir.

Observamos que os verbos estão na primeira pessoa do singular, o que indicia que as ações são marcadas de modo positivo (“*Eu fico surpreso e penso*”; “*E eu vou explicar*”; “*Eu topo qualquer parada*”), mostrando que o sujeito assume a responsabilidade pelo seu dizer (o que é característico da autoria), sem envergonhar-se do uso da língua que ele faz.

Apesar de ser um sujeito com pouca escolaridade, ele toma posse da escrita (“*Estou velho e não agüento/ Com sentimento escrever/ Mesmo assim estou escrevendo*”) e a usa com o mesmo poder que os escritores consagrados têm para fazer da escrita um meio de denunciar uma situação, que está fora da ordem, como vemos, por exemplo, em *Canção do Exílio*, de Murilo Mendes, que também denuncia a invasão de elementos estrangeiros na pátria. Também é possível anotar que há um jogo com as marcas a “*Serra Pelada*” e a “*Serra Vestida*”, o uso da antonímia indicia que o sujeito sabe jogar com as palavras, denunciando a exploração da Serra, que era Vestida, rica e passou a ser Pelada, mediante tanta exploração predatória.

Investigando como se dá a compreensão de raciocínio silogístico em adultos não-alfabetizados, Tfouni (1995, p.72), pôde constatar que há uma maneira “diferente” de compreensão deste tipo de raciocínio por sujeitos alfabetizados e por aqueles não-alfabetizados. Enquanto, para os primeiros, a compreensão se dá de forma lógico-dedutiva, “livre da subjetividade”, isto é, “há uma separação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido”, para os segundos, o discurso está “intensamente embebido na experiência pessoal e na subjetividade, lugar onde

ROMÃO & PACÍFICO

se inscrevem as atividades de “contar histórias, atividades estas que estão embebidas em práticas sociais que organizam a vida e as intenções desses adultos”.

Isso nos faz refletir sobre a subjetividade no texto de Castro, que mesmo não sendo um texto argumentativo (lugar do raciocínio silogístico), e sim, um poema, permite-nos constatar que há, realmente, o predomínio das experiências do sujeito. Embora sabendo que a subjetividade é uma característica própria da poesia, observamos que, nos versos “*E me mata de tristeza*”; “*E eu acho um desaforo*”; “*Pois eu estou percebendo/ Minha lágrima descer*”, o sujeito fala daquilo que ele conhece e expressa-se usando uma linguagem simples, popular, com construções que seguem a ordem direta da língua, o que indicia que ele não possui um vocabulário elaborado, tampouco usa recursos expressivos próprios das poesias dos grandes escritores (inversões, figuras de linguagem, ritmo etc).

No entanto, mesmo que sua poesia não apresente as características das obras consagradas e legitimadas pela classe dominante como clássicas, de valor cultural, o texto “*Injustiça*” marca a inscrição histórica do sujeito no “mundo das letras”, da poesia, e, entre tantas coisas e palavras, o grande valor deste texto está na possibilidade que seu autor adquiriu, por meio da escrita, de fazer-se “ouvir”, ou melhor, fazer-se ler, inserindo-se nas práticas sociais letradas através da poesia.

A escrava do dinheiro

Boa noite, home e menino

E muié deste lugá!

Quero que me dê licença

Para uma historia contá.

Como matuto atrasado

Eu dêxo as língua de lado

ASEMEADURA DAPALAVRA

*Pra quem as língua aprendeu,
Eu quero a licença agora
Mode eu contá minha histora
Com a língua que Deus me deu.*

*Mas ante de eu começá
Eu premeramente vou
Dizê que o dinhêro é
O maió trensformadô,
Apois sabe o mundo intero
Que este bichinho dinhêro,
Com sua força e podê,
A sua mancha, o seu jeito,
Tem feito munto sujeito
Sisudo se derretê.*

Segundo Gnerre (1998, p.6): “Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade ‘cultura’ ou ‘padrão’, considerada geralmente ‘a língua’, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio”. Ainda para este mesmo autor (idem): “uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Partindo da citação acima, podemos ler que o título do poema “A escrava do dinheiro” é indiciário dessa relação de força entre classes socialmente desiguais, ou seja, metaforiza a divisão entre aqueles que têm o dinheiro e os que se escravizam na ilusão de um dia conquistá-lo; conquistas estas que migrariam da aquisição do dinheiro à aquisição de bens culturais e saberes, logo, de uma forma valorada de linguagem. O sujeito do poema parece conhecer esse jogo tenso entre aqueles que dominam a forma legitimada de dizer e aqueles que são interdi-

ROMÃO & PACÍFICO

tados em seus falares, e, assim, marginalizados ou excluídos das práticas sociais letradas.

Conhecendo a pluralidade das “*língua*” de quem tanto regras e normatização aprendeu, o sujeito pede licença para contar sua história “*com a língua que Deus me pediu*”, marcando seu espaço de resistência e subversão para falar a partir do lugar que ele sabe não ser legitimado e tido como correto e literário, mas mesmo assim, é a partir dessa posição que ele produz sentido e se inscreve como autor, assumindo-se como “*matuto atrasado*”. Ele bem reconhece que é preciso pedir licença, ter autorização para falar desse lugar, pois, caso contrário, corre o risco de não ser ouvido e reconhecido como poeta, visto que a norma culta dita o imperativo de ela ser usada e os poetas consagrados se alinham a esta variante lingüística.

Além disso, a interpretação do poema nos permite observar que há uma ideologia machista sustentando a construção dos dois primeiros versos, em que se materializam em uma seqüência gradativa os significantes “*home, menino e muié*”. Apesar de o poeta ocupar um lugar que desafina dos valores caros à classe dominante, como vimos acima, aqui ele reproduz e faz retornar, como um movimento parafrástico, o imaginário que legitima o sexo masculino em primeiro lugar e o feminino no final da fila; isso é confirmado também pelo uso da forma “*menino*” e não menina. Leitura esta que nos parece possível também para o título, em que a mulher é escrava do dinheiro, duplamente escrava, portanto, em primeiro escrava do imaginário machista e, em segundo, do fetiche capitalista – o dinheiro.

O poema todo é uma coreografia de resistência em que o sujeito fala na sua língua, do seu modo, com o seu léxico, dos assuntos que lhe fazem sentido. A língua é a moradia da resistência desse sujeito. Para fechar essa moldura, o sujeito marca discursivamente a forma como ele desvaloriza o dinheiro, afir-

ASEMEADURA DAPALAVRA

mando que “*O maió trensformadô,/ Apois sabe o mundo intero/ Que este bichinho dinhêro,/ Com sua força e podê*”.

GERMINAÇÃO DE UM CANTO NOVO

A análise dos dois poemas campesinos e as reflexões sobre letramento e autoria nos indicam que o uso social da escrita sempre legitimou a classe dominante como aquela capaz de e, autorizada, a escrever poemas, criar metáforas e ocupar o lugar de autor de obras a serem legitimadas. A esta classe sempre foi atribuído o crédito imaginário de ser detentora das normas estéticas e literárias, e aos não-alfabetizados restava o lugar de iletrado, inculto e incapaz, na equação perversa que engendra silenciamento e preconceito. Esperamos desfazer tal nó e postular convictamente que o gesto de autoria pode também nascer da sementeira campesina em sua lida com a terra, materializando-se em cantos novos de resistência, criação e denúncia.

REFERÊNCIAS

ASSARÉ, P. do. *Cante lá que eu canto cá - filosofia de um trovador nordestino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CASTRO, Luiz Beltrame de. *Sonho com a terra*. Produção independente, 2002.

CHARTIER, R. *Cultura escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNANDES, B.M. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

ROMÃO & PACÍFICO

FOUCAULT, M. *Qu'est-ce qu'un auteur?* Número 9, Ères, 1983.

GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

KLEIMAN, A. O que é letramento?. In: *Os significados do Letramento*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

PACÍFICO, S.M.R. *Os fios significativos da história: leitura e intertextualidade*. Dissertação de Mestrado. UNESP-Araraquara - SP, 1996.

PACÍFICO, S.M.R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. Tese de Doutorado.FFCLRP-USP, Ribeirão Preto - SP, 2002.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. Langages, n.37, p.7-80, Paris, mars 1975. Trad. Bras. GADET, F., KAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. Editora da UNICAMP Campinas, 1990.

PFEIFFER, C. *Que autor é este?*. Dissertação de Mestrado. Campinas IEL - UNICAMP, 1989.

ROMÃO, L.M.S. *O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Tese de doutorado. FFCLRO - USP, Ribeirão Preto, 2002.

TFOUNI, L.V. A escrita - remédio ou veneno? In: AZEVEDO, M.A & MARQUES M.L. *Alfabetização hoje*. São Paulo: Cortez, 1994. p.51-69.

TFOUNI, L.V. & SEIDINGER F.M. *Letramento e alfabeti-*

ASEMEADURA DAPALAVRA

zação com moradores de um hospital psiquiátrico: a escrita como resgate da subjetividade. Campinas: Cadernos de Estudos Linguísticos 33, p.35-49, 1997.

TFOUNI, L.V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.* Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Recebido: Julho de 2004.

Aceito: Setembro de 2004.

Endereço para correspondência:

Lucília Maria Sousa Romão
Soraya Maria Romano Pacífico
Av. Dr. Sobral Neto, 681
Jardim Boa Vista
14840-000 Guariba, SP
smrpacifico@ffclrp.usp.br